

EDUCAÇÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO: A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO COMO PROJETO CONTRA- HEGEMÔNICO DAS CLASSES SUBALTERNAS

POPULAR EDUCATION AND EMANCIPATION: THE *PEDAGOGY OF THE OPPRESSED* AS A COUNTER- HEGEMONIC PROJECT OF THE SUBALTERN CLASSES

José Henrique Singolano Néspoli*

RESUMO: O artigo pretende examinar as relações entre educação popular e emancipação presentes na *Pedagogia do oprimido* desenvolvida por Paulo Freire. Segundo este autor, as práticas de educação popular se definem fundamentalmente pelas relações que elas estabelecem com as lutas emancipatórias empreendidas pelos oprimidos. Deste ponto de vista, o texto procura analisar o processo de constituição e emergência histórica do método Paulo Freire no cenário político e educacional brasileiro dos anos 1960 tendo por objetivo examinar as relações que a *Pedagogia do oprimido* estabeleceu com as lutas dos trabalhadores e das camadas populares pela emancipação das classes subalternas naquele contexto. Com base nesta perspectiva, o texto aborda a *Pedagogia do oprimido* não como uma obra individual de um autor específico, mas como expressão orgânica das classes subalternas e de seu projeto contra hegemônico de transformação da sociedade.

Palavras-chave: História e filosofia da educação; Educação e política; Paulo Freire; Emancipação das classes subalternas.

Abstract: The article aims to examine the relationship between popular education and emancipation present in the *Pedagogy of the oppressed* developed by Paulo Freire. According to this author, the practices of popular education are fundamentally defined by the relations they establish with the emancipatory struggles undertaken by the oppressed. From this point of view, the text seeks to analyze the process of constitution and historical emergence of the Paulo Freire method in the Brazilian political and educational scenario of the 1960s with the objective of examining the relations that the *Pedagogy of the oppressed* established with the struggles of workers and the popular classes for the emancipation of the subaltern classes in that context. From this perspective, the text approaches the *Pedagogy of the oppressed* not as an individual work of a specific author, but as an organic expression of the subaltern classes and their counter-hegemonic project of transformation of society.

Keywords: History and philosophy of education; Education and politics; Paulo Freire; Emancipation of subaltern classes.

* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

INTRODUÇÃO

Este artigo procura analisar alguns aspectos da relação entre educação popular e emancipação presentes na Pedagogia do Oprimido desenvolvida pelo educador brasileiro Paulo Freire durante os anos 1960. Longe de caracterizar-se como uma preocupação ou abordagem externa ao pensamento de Freire, a ênfase na relação entre educação popular e emancipação constitui-se num dos pilares de seu pensamento, assinalado pelo próprio autor diversas vezes.

Para se ter uma ideia da importância que Paulo Freire atribui ao tema, na sua obra mais conhecida, o livro *Pedagogia do oprimido*, de 1967, no qual apresenta os fundamentos filosóficos e pedagógicos do seu método de educação, ele coloca a questão da seguinte maneira: “para a educação problematizadora, um quefazer humanista e libertador, o importante está em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação” (FREIRE, 1978, p.86). Ou seja, de forma muito clara e direta, Freire sustenta que os métodos de educação popular têm por objetivo essencial um processo de formação de sujeitos conscientes e engajados nas lutas pela libertação e emancipação humana, de onde se conclui, entre outras coisas, que as práticas educativas devem manter uma relação muito próxima com as lutas emancipatórias concretas empreendidas pelas classes exploradas e oprimidas da sociedade (as classes subalternas).

No pensamento freireano, a questão da emancipação humana remete à luta dos trabalhadores e oprimidos por direitos e melhores condições de vida, no interior mesmo da ordem capitalista, no entanto não se limita a isso, e se propõe a lutar pela superação das bases estruturais que sustentam as diversas formas de opressão, exploração e injustiças vigentes na sociedade, caminhando em direção a uma nova ordem social, distinta do capitalismo. Deste modo, afirma o autor, a educação popular deve manter uma relação com os movimentos emancipatórios da sociedade não apenas em termos de ideologia, concepção de mundo, ética, etc., mas deve também estabelecer vínculos concretos com as lutas práticas e organizadas das classes subalternas.

Esta proposição, com todas as consequências que dela decorrem, expressa o cerne da concepção de Paulo Freire a respeito da Pedagogia do Oprimido, ou seja, a de que a educação popular se constrói a partir de uma relação teórica e prática com as lutas emancipatórias das classes subalternas. Princípio fundamental a partir do qual são construídos os objetivos, as metodologias e os conteúdos que devem ser observados e perseguidos ao longo do processo educativo.

Desta perspectiva, a educação popular, na sua acepção mais ampla, refere-se menos um sistema de ensino rigidamente estruturado e definido e mais a um princípio educativo, que se expressa a partir das diversas lutas das classes subalternas. Desta forma, as práticas de educação popular consistem em ações de transmissão e elaboração de um conjunto de saberes e manifestações culturais, formas de organização e trabalho, modos de resistência, projetos de sociedade, etc., que as classes subalternas constroem a partir de suas experiências de luta contra as diversas formas de opressão e exploração existentes na sociedade. Na medida em que se organizam e se constituem como sujeitos de lutas por direitos e transformação social, contrapondo-se a ordem social capitalista, as classes subalternas constroem projetos políticos e práticas educativas por meio das quais elas procuram, por um lado, denunciar e criticar os padrões de exploração, opressão e injustiça vigentes na sociedade, e por outro, contribuir para a conscientização e o fortalecimento das lutas populares.

Neste sentido, as práticas educação popular que emergem das lutas dos trabalhadores e das camadas populares têm um papel essencial, ressalta Antonio Gramsci (2015), pois o primeiro passo da emancipação das classes subalternas é a sua libertação em relação à ideologia dominante. Ciente de que uma das esferas da dominação de classe na sociedade capitalista consistia na transformação do projeto das classes dominantes em horizonte político e ideológico no interior do qual se movem as classes oprimidas, em outras palavras, um processo educativo amplo por meio do qual os grupos oprimidos assimilam, pensam e agem de acordo com os modos de vida e os valores das classes dominantes. Para realizar a ruptura com a ideologia hegemônica e se constituir em sujeito histórico, é necessário que as classes subalternas se

subtraíam dos discursos e das práticas dominantes, lutem contra eles, colocando-se como sujeito portador de uma outra concepção de mundo, ou seja, de um projeto contra hegemônico de sociedade.

Desta maneira, as lutas dos trabalhadores e das camadas populares envolvem sempre uma dimensão educativa, por meio da qual elas formulam suas concepções de mundo, difundem seus projetos políticos e disputam a hegemonia na sociedade etc. Daí que, quando os subalternos formulam um projeto de sociedade, de Estado ou de educação a partir dos interesses populares, eles estão, ao mesmo tempo, fazendo a crítica da sociedade capitalista e atuando na criação de uma concepção de mundo alternativa à ordem dominante. Portanto, são as lutas dos trabalhadores e das classes subalternas, com seus intelectuais e educadores, que constroem e demandam uma outra educação, distinta da educação/ideologia dominante, uma educação popular, contra hegemônica.

Miguel Arroyo (2014) também identifica nas lutas dos oprimidos as origens da teoria e da prática em educação popular. Para Arroyo, foi a emergência de grupos sociais que durante muito tempo foram excluídos do direito à terra, ao trabalho, à educação, à cidadania, tais como coletivos sociais, de gênero, etnia, raça, trabalhadores, camponeses, indígenas, quilombolas, etc., que por meio de uma série de movimentos sociais e organizações coletivas, passaram a se constituir como sujeitos políticos, sociais e pedagógicos nas sociedades contemporâneas. Na medida em que estes grupos e classes sociais, com seus projetos e concepções de mundo se confrontam com as estruturas dominantes de poder, riqueza e conhecimento vigentes na sociedade, acabam com isso trazendo à tona outros saberes e práticas educativas que expressam um conjunto de conhecimentos e experiências produzidos no cotidiano das diversas lutas dos oprimidos por libertação/emancipação.

Portanto, ressalta Conceição Paludo (ALENTEJANO et al., 2012), a origem da educação popular decorre do modo de produção na sociedade capitalistas e emerge justamente da luta das classes trabalhadoras e das camadas populares na defesa de seus direitos e por melhores condições de vida. Por isso mesmo, ela nasce e constituiu-se como Pedagogia do Oprimido,

vinculada ao processo de organização e protagonismo dos trabalhadores, visando a transformação da sociedade.

Por isso, afirma Mészáros (2008), um dos elementos fundamentais das experiências de educação popular consiste na sua vinculação orgânica com os movimentos de luta dos trabalhadores e das classes subalternas. Sem um progressivo e constante intercâmbio dos processos educativos com as organizações da classe trabalhadora, a educação não pode realizar as suas aspirações emancipatórias. Daí a importância, frisa o autor, que as propostas de uma “educação para além do capital” devem se constituir com base num diálogo orgânico e permanente com as alternativas de “enfrentamento crítico das determinações estruturais” da ordem social capitalista.

Por conta disso, as concepções de educação popular orientam-se por uma visão alargada da educação, como sinônimo de processos de formação humana que ocorre em diferentes lugares sociais, diferentes situações e tempos de vida, portanto, uma concepção de educação que extrapola os limites institucionais da escola tal como ela se apresenta na sociedade capitalista, voltando sua reflexão para a centralidade do trabalho, da cultura e da luta política como matrizes educativas fundamentais do processo de educação/emancipação humana. Desta maneira, as práticas de educação popular caracterizam-se por não separar os processos educacionais e formativos do ser humano dos processos concretos de luta pela transformação da realidade econômica, social, cultural e política.

Tendo em vista os vínculos orgânicos que a educação popular mantém com as lutas emancipatórias das classes subalternas, as práticas de educação popular devem ser entendidas, segundo Gramsci, como processos de “autoeducação das massas” (DEL ROIO, 2018). Processos educativos que se constroem juntamente com os oprimidos e a partir de suas condições de vida, trabalho, cultura, bem como das suas formas de luta e organização, por meio dos quais as classes subalternas formam seus intelectuais, seus educadores, formulam seus projetos políticos e disputam a hegemonia na sociedade.

Com base nessas reflexões acerca das relações entre educação popular e emancipação, este texto pretende analisar a Pedagogia do Oprimido formulada

por Paulo Freire considerando-a a partir de suas relações concretas com as lutas das classes subalternas no Brasil nos anos 1960. Visto desta perspectiva, tal abordagem permite tomar a Pedagogia do Oprimido não apenas como uma contribuição genial de um indivíduo isolado, mas principalmente como a expressão orgânica das lutas dos trabalhadores e das camadas populares no Brasil.

Com base nesta abordagem, o texto procura analisar 1) como que a proposta de educação popular desenvolvida por Paulo Freire foi sendo construída a partir de um profundo diálogo com as classes subalternas e 2) como que a própria emergência da pedagogia de Freire na história foi impulsionada pela luta da classe trabalhadora e dos movimentos populares do país. Trata-se, portanto, de uma reflexão teórica e historiográfica acerca dos princípios e processos que orientaram a constituição e a emergência do que ficou conhecido como “método Paulo Freire”.

A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO COMO PROJETO CONTRA-HEGEMÔNICO DAS CLASSES SUBALTERNAS

A Pedagogia do Oprimido, como uma teoria e uma prática específica no campo da educação popular, foi formulada por Paulo Freire e emergiu no contexto brasileiro dos anos 1960, a partir das experiências de alfabetização de jovens e adultos oriundos de grupos sociais de trabalhadores, camponeses, camadas pobres e excluídas da sociedade, etc. O primeiro aspecto que ressaltamos da pedagogia de Freire é a relação que ela estabelece entre educação popular e emancipação, sendo que a Pedagogia do Oprimido não consiste apenas numa técnica de alfabetização ou método de ensino, mas uma proposta pedagógica que representa o projeto contra hegemônico de educação formulado pelas classes subalternas para a transformação da sociedade brasileira.

Esta relação entre educação popular e emancipação no método Paulo Freire fica bem evidenciada se tomamos como ponto de partida a análise da questão do analfabetismo no Brasil e de como ele se associava ao modelo de modernização conservadora do capitalismo brasileiro.

Segundo Gaudêncio Frigotto (apud FICHTNER et. al., 2013), as características fundamentais da educação no Brasil refletem, de modo geral, o processo de formação histórica do país, ou seja, uma sociedade marcada de um longo período de colonização e de escravidão e que no século XX operou uma transição para o capitalismo por meio de uma via autoritária, que resultou na exclusão de parcela significativa da população, particularmente das classes subalternas, do acesso à importantes direitos políticos, sociais e civis. Desenvolveu-se no Brasil, afirma o autor, um tipo de capitalismo dependente em que o crescimento econômico não é acompanhado de um processo de democratização política e de elevação das condições de vida da população, pelo contrário, caracteriza-se por concentrar poder, riqueza e conhecimento. De tal modo que este modelo de modernização conservadora da sociedade brasileira perpetua as desigualdades sociais do passado, colonial e escravocrata, na forma da exclusão dos trabalhadores e das camadas populares do acesso à direitos humanos básicos.

É verdade, ressalta Frigotto, não se pode perder de vista que em todas as sociedades divididas em classes a educação se organiza sob a marca da dualidade, como uma expressão das relações assimétricas de poder decorrente da exploração do trabalho, ou seja, enquanto os membros das classes dominantes recebem um ensino propedêutico e voltado para as funções de direção e comando, os trabalhadores e as camadas populares são excluídos ou tem um acesso limitado à escolarização, reservando-lhes apenas os saberes mínimos necessários para a realização das atividades produtivas. Deste modo, via de regra, o sistema de ensino na sociedade capitalista tende a reproduzir e referendar as desigualdades sociais e educacionais vigentes na sociedade. Todavia, mesmo reconhecendo o caráter dual da educação nas sociedades capitalistas, a realidade brasileira, com seu modelo de modernização conservadora, apresentava um quadro bem agravado desse dualismo: em 1960, por exemplo, a taxa de analfabetismo no Brasil era de aproximadamente 40% da população com 15 ou mais anos de idade (BRASIL, 2003), sendo que este índice de analfabetismo se concentrava principalmente entre os trabalhadores e as

camadas populares, no campo e na cidade, que se encontravam maciçamente excluídos do direito a uma educação mínima.

Não obstante, a questão do analfabetismo no Brasil não se caracterizava apenas como um grave problema educacional para o país, mas representava também um grande obstáculo para a luta das classes subalternas pela conquista dos direitos sociais e políticos. Como no período republicano de 1945 a 1964 os analfabetos estavam proibidos de votar nas eleições, a exclusão de parcela da classe trabalhadora e das camadas mais humildes da população do direito à uma educação básica acarretava, conseqüentemente, na perda de seus direitos políticos, que na democracia liberal é o instrumento que se utiliza para a conquista de novos direitos. Neste sentido, o analfabetismo era na verdade um instrumento de poder das classes dominantes que tinha um papel estratégico na legitimação do processo de modernização conservadora do capitalismo brasileiro, utilizado para excluir uma parcela significativa das classes subalternas da vida pública do país, caracterizando-se, deste modo, como um obstáculo para o avanço da democracia e dos direitos da sociedade brasileira.

Compreendido o caráter do analfabetismo no Brasil e sua relação com as estruturas de poder da sociedade brasileira, o trabalho de alfabetização de jovens e adultos segundo o método Paulo Freire não se resumia ao âmbito da técnica da leitura e da escrita, mas continha também um elemento emancipador, que consistia em inserir as classes subalternas na política, proporcionando-lhes uma visão crítica da realidade e comprometida com a luta dos oprimidos por direitos e melhores condições de vida. Neste sentido, a Pedagogia do Oprimido pode ser compreendida como um elemento importante e estratégico do projeto de transformação da sociedade brasileira que ficou conhecido como programa das Reformas de Base.

Paulo Freire, classes subalternas e a formulação da Pedagogia do oprimido

Paulo Freire construiu a sua práxis educativa partindo de um profundo diálogo com as classes subalternas. Como se sabe, um dos traços mais marcantes do pensamento de Freire foi o seu respeito aos educandos, aos seus

conhecimentos, a sua realidade e suas lutas. Foi com base neste diálogo com os oprimidos que Freire formou-se como educador popular, aprendendo a partir das condições de vida e trabalho das classes subalternas, dos sofrimentos e das privações de classe, da cultura popular, das formas de organização e luta dos trabalhadores, etc., de modo que ele a sua proposta de educação popular emergiu deste diálogo com as camadas populares. Como ele mesmo ressalta, essa vivência e engajamento crescente de Freire junto aos trabalhadores e as camadas populares, do campo e da cidade, por conta de sua atuação no campo da alfabetização de jovens e adultos, foi um elemento de fundamental importância na sua formação intelectual e no processo de elaboração da Pedagogia do Oprimido,

Freire iniciou a sua trajetória no campo da alfabetização de jovens e adultos em 1946, quando foi indicado ao cargo de diretor do Departamento de Educação e Cultura do SESI, no estado de Pernambuco. Como ele mesmo afirma: “como diretor do Departamento de Educação e Cultura do SESI, em Pernambuco, e depois na Superintendência, de 1946 a 1954, fiz as primeiras experiências que me conduziram mais tarde ao método que iniciei em 1961” (FREIRE, 1980, p.15). A experiência com alfabetização de adultos permitiu a ele estabelecer uma relação mais direta com os trabalhadores e as camadas populares, ao mesmo tempo em que colocou Freire em contato com os métodos tradicionais de alfabetização, formulados de acordo com os interesses das classes dominantes e orientados pelas demandas do processo de modernização conservadora do país. O trabalho de alfabetização junto as camadas populares foi possibilitando à Paulo Freire construir uma consciência crítica a respeito das concepções e práticas da educação na sociedade capitalista, a partir do que se consolida em Freire a necessidade de elaborar uma outra pedagogia, que correspondesse melhor aos interesses dos oprimidos e da libertação humana.

Em 1961, já como professor da Universidade Federal de Pernambuco, tornou-se diretor do Departamento de Extensão Universitária, onde realizou, junto com sua equipe, as primeiras experiências de alfabetização popular que levariam a constituição do que ficou conhecido como “método Paulo Freire”. Seu grupo foi responsável pela alfabetização de 300 cortadores de cana, no município

de Angicos (RN), em apenas 45 dias. Uma proposta de alfabetização para adultos que partia do “universo vocabular” do educando e de situações do seu cotidiano, para gerar palavras e, com elas, ensinar a ler e escrever em pouco tempo. Coerente com suas concepções de educação, o método Paulo Freire não pretendia ser apenas um instrumento de alfabetização em massa das camadas populares, mas também um instrumento de conscientização acerca da realidade do país. Os resultados obtidos levaram o governo do presidente João Goulart a propor a multiplicação dessa experiência por todo o Brasil por meio de uma Campanha Nacional de Alfabetização (FREIRE, 1980).

Desta maneira, acompanhando a trajetória intelectual e política de Freire, percebe-se como a Pedagogia do Oprimido foi sendo construída a partir da realidade e das demandas do povo brasileiro, formulada no bojo das lutas e dos movimentos das classes subalternas. Essa relação orgânica se manifesta de diversas formas: no fato de ser um método barato e rápido de alfabetização reflete a realidade econômica do Brasil de país “subdesenvolvido”; nos “círculos de cultura” e na incorporação de diversos elementos da cultura popular; na sua vinculação com os movimentos sociais e políticos das classes subalternas; no compromisso com uma ideologia emancipadora, entre tantos outros fatores que podem ser citados e que compõem a própria estrutura do método. De tal modo que o método Paulo Freire representou uma assimilação/elaboração de uma série de elementos das condições de vida, trabalho e experiências de luta das classes subalternas, sendo ele próprio um produto e uma expressão dessa classe:

A nossa preocupação, neste trabalho, é apenas apresentar alguns aspectos do que nos parece constituir o que vimos chamando de Pedagogia do Oprimido: aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e referá (FREIRE, 1978, p. 32).

Como assinala Miguel Arroyo (2014), Paulo Freire construiu sua reflexão e sua prática educativa referida sempre aos sujeitos sociais, políticos, aos movimentos de jovens, de trabalhadores e camponeses dos anos 1950/1960 no Brasil, mas também tendo em vista os movimentos culturais e políticos de libertação dos povos da América Latina e da África, neste sentido, ressalta Arroyo, a Pedagogia do Oprimido caracteriza-se como uma concepção e uma prática pedagógica que emergiu das diversas experiências de exploração/opressão, construídas e reconstruídas a partir das lutas emancipatórias das classes subalternas.

Atuando como um “intelectual orgânico” das classes subalternas, no sentido que Gramsci atribuiu ao conceito, a pedagogia de Paulo Freire procurou partir da realidade (condições de opressão e exploração) para construir um processo de conscientização dos oprimidos a respeito da necessidade de se organizarem e lutarem pela superação destas condições. Para Gramsci, os intelectuais e os educadores das classes subalternas têm como função compreender a realidade, combater as ideologias dominantes, difundir uma visão crítica da realidade, que leve em consideração os interesses dos oprimidos, e contribuir na construção de projetos de transformação social que permitam orientar política e culturalmente a ação das classes subalternas em suas lutas por emancipação. Neste sentido, Paulo Freire procurou reunir as demandas imediatas e concretas dos trabalhadores e das camadas populares por alfabetização, articulando-as a um projeto contra hegemônico de educação, marcado pelo horizonte ideológico da superação da contradição opressor-oprimido, ou seja, pela superação da dominação de classe.

A sua teoria pedagógica, por um lado, procura criticar as concepções de educação das camadas populares propostas pelas classes dominantes, prática pedagógica que Freire criticou duramente por meio do seu conceito de “educação bancária”. Para Freire, tratava-se de uma educação alienante e que visava submeter os oprimidos às concepções de mundo dos opressores, tendo como centro do processo educativo a transmissão de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos necessários para a socialização submissa ao mercado de trabalho e voltada para a naturalização, aceitação e reprodução da

ordem social vigente. Segundo Freire, de acordo com a educação bancária, os homens são vistos como “seres da adaptação e do ajustamento”, de modo que quanto mais a educação bancária impõe a passividade aos oprimidos, mais ela anula o poder criador de homens e mulheres, acomodando-os a uma realidade que os domina (FREIRE, 1978).

Em contraposição a essas práticas de educação, Paulo Freire se propõe a construir uma educação que contribua para a passagem de uma forma de consciência mágica e ingênua para uma consciência crítica da realidade, portanto, desnaturalizadora da ordem social, preocupada em educar homens e mulheres para que se constituam como sujeitos da transformação da história e da sociedade. Uma educação popular cujo direcionamento central do processo educativo seja o de estar a serviço dos interesses e das necessidades das classes populares e dos trabalhadores em suas lutas por emancipação. Como afirma Freire, os oprimidos “não podem, na busca de sua libertação, servir-se da concepção bancária, sob pena de se contradizer em sua busca” (FREIRE, 1978, p.76), sendo assim eles precisam construir uma concepção autônoma de educação, com práticas de educação popular que os auxiliem em suas lutas por emancipação.

Em função dos vínculos educação-emancipação acima apontados, a Pedagogia do Oprimido não consiste exclusivamente numa ideia genial de um pensador individual, mas pode ser compreendida como um expressão dos oprimidos, construída de modo orgânico junto aos trabalhadores e as camadas populares, vinculada as suas condições de vida, trabalho, cultura, movimentos de luta, etc. O que é fundamental para entender a representatividade e o enraizamento do método Paulo Freire entre os movimentos sociais e políticos das classes subalternas no Brasil.

Pedagogia do oprimido e o projeto contra-hegemônico das classes subalternas

Todavia, o estudo das relações entre educação popular e emancipação são fundamentais para se entender não só a constituição do método Paulo Freire, mas também para que possamos compreender a própria emergência

histórica da Pedagogia do Oprimido na cena política e educacional do país. Em grande medida, a emergência do método Paulo Freire foi uma expressão da ascensão das lutas populares no Brasil. O que tornou o método Paulo Freire necessário, importante e conhecido foi a demanda criada pelas lutas dos trabalhadores, camponeses, sindicatos, movimentos sociais, camadas populares que reivindicavam o direito mínimo à educação, o direito de saber ler e escrever. Além do que, foram também as organizações, movimentos e partidos políticos ligados as classes subalternas que assumiram essa prática pedagógica como um instrumento de luta e que a impulsionaram na história do país.

Neste sentido, o que se pretende ressaltar é que a Pedagogia do Oprimido foi parte integrante de um movimento de luta mais amplo das classes subalterna pela transformação da sociedade brasileira, organizado em torno das Reformas de Base.

Como ressalta a historiadora Virgínia Fontes (2010), entre 1955 e 1964 a sociedade brasileira viveu um processo de ascensão da luta de classes no país em função de uma crescente capacidade de organização e mobilização das camadas populares. Um momento da história do país em que trabalhadores, camponeses, estudantes, etc., buscavam se afirmar como sujeitos na vida política nacional. Este período ficou marcado pela ascensão do sindicalismo rural e urbano, com o aumento do número de greves, paralisações e manifestações; pela intensificação da luta pela terra e pela emergência das Ligas Camponesas; pelo crescimento dos movimentos de jovens e do número de protestos de rua; pela intensa mobilização popular na Campanha da Legalidade que garantiu a posse de João Goulart como presidente, etc. Uma conjuntura caracterizada pelo crescimento das lutas populares e que se articulavam em torno de um projeto contra hegemônico de sociedade, que contestava os padrões da desigualdade social e de concentração do poder e do conhecimento vigentes no Brasil.

O ápice desse movimento de luta das classes subalternas por democracia e direitos se deu com o avanço da mobilização e das lutas pelas Reformas de Base durante o governo João Goulart. O programa das Reformas de Base visava promover alterações nas estruturas econômicas, políticas e sociais do país com o objetivo de superar o subdesenvolvimento da economia brasileira e possibilitar

uma diminuição das desigualdades de riqueza, poder e conhecimento na sociedade brasileira. Para tanto, o programa apresentava medidas como: a promulgação do *Estatuto do Trabalhador Rural*, que previa a extensão dos direitos previstos na CLT aos trabalhadores do campo; a *Reforma Agrária*, com a expropriação e distribuição de terra aos camponeses; a *Reforma Política*, que propunha a extensão do direito de voto aos analfabetos e a legalização do PCB; a *Reforma Fiscal*, que tinha por objetivo conter a remessa de lucros das empresas multinacionais para o exterior, mantendo a riqueza produzida em solo nacional; a *Reforma Educacional*, que visava a valorização do ensino público e o combate ao analfabetismo, entre outras medidas importantes (REIS FILHO, 2014). A partir do início dos anos 1960, o movimento pelas Reformas de Base passou a contar com uma crescente participação popular, que procurava pressionar o governo e o Estado a implementarem esse conjunto de reformas que tinham por objetivo promover uma ampliação da democracia e dos direitos na sociedade brasileira.

Foi atrelado a essa conjuntura de ascenso do movimento de massas em torno das Reformas de Base que o método Paulo Freire emergiu no cenário político e pedagógico do país. Impulsionado por movimentos de jovens, trabalhadores, camponeses, sindicatos, partidos políticos ligados as classes subalternas, a emergência da Pedagogia do Oprimido na vida pública do país foi uma expressão do avanço daquele conjunto de lutas sociais que vinha acontecendo no Brasil. Não só o método Paulo Freire emergiu no bojo deste movimento, como também desempenhava um papel fundamental no interior do projeto contra hegemônico das classes subalternas. Segundo Paulo Freire, “o movimento de educação popular foi uma das numerosas formas de mobilização de massas adotadas no Brasil”, com o objetivo de “inserir criticamente” as massas populares na política (FREIRE, 1980).

Ou seja, a alfabetização em massa das camadas populares com base no método Paulo Freire consistia numa estratégia de ampliação da participação das classes subalternas na política brasileira tendo em vista fortalecer a luta pela implementação das Reformas de Base. O próprio Plano Nacional de Alfabetização (PNA), lançado em fins de 1963 pelo governo Goulart e

coordenado por Paulo Freire, fazia parte do conjunto de medidas propostas pelo programa das Reformas. De acordo com o projeto, o PNA previa já para o ano de 1964 a formação de aproximadamente 20.000 “círculos de cultura”, que resultaria na alfabetização de 5 a 6 milhões de jovens e adultos (SCOCUGLIA, 1999). Para ter uma ideia do impacto que o Plano teria na política brasileira: nas eleições presidenciais de 1960, haviam votados 11,7 milhões de eleitores; caso o PNA tivesse sido implementado, o contingente eleitoral para o próximo pleito presidencial, que ocorreria em fins 1965, teria seu número praticamente dobrado de tamanho, que implicaria um aumento substantivo da participação popular na vida pública do país, num momento marcado pela luta em torno das Reformas de Base. No entanto, o Plano foi interrompido pelo golpe de abril de 1964, patrocinado pelas classes dominantes, nacionais e internacionais, que sentiram seus privilégios, garantidos pelo processo de modernização conservadora, ameaçados.

Segundo Giovanni Semeraro (apud FICHTNER et. al., 2013), as ideias de Paulo Freire se inspiram nas teorias da libertação, que emergiram em meados do século XX e representavam uma reação dos povos do Terceiro Mundo frente ao crescimento da intervenção imperialista dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Segundo a ideologia das teorias da libertação, os países do Terceiro Mundo eram sociedades de capitalismo dependente, cujos traços marcantes, como a pobreza e as desigualdades sociais, não podiam ser vencidos por processos de desenvolvimento capitalista, na medida em que esses processos de modernização conservadora perpetuavam tais características. Assim, a emancipação das classes subalternas e povos oprimidos do Terceiro Mundo passava pela ruptura com este modelo de capitalismo dependente. Tratava-se de lutar não apenas por melhores condições de vida, trabalho, educação, etc., mas fundamentalmente para construir um outro modelo de sociedade.

Neste sentido, essas teorias entendiam que a libertação dos oprimidos dependia do nível de conscientização e organização das classes subalternas, pois eles eram o único sujeito social e político capaz de superar estas formas de opressão e exploração. Ou seja, a superação das condições de sociedade capitalista periférica e subordinada dependiam substancialmente da capacidade

das classes subalternas de tornar-se protagonista de sua própria história e empreender transformações estruturais que permitam libertar a sociedade das amarras do capitalismo dependente. Para Freire, a educação popular é aquela voltada para este processo de libertação e emancipação, ou seja, que auxilia as classes subalternas a tomarem uma consciência crítica sobre sua realidade e a se constituírem como “sujeitos históricos” de um processo de transformação social (QUARESMA apud NETO et.al., 2013).

Por isso, a Pedagogia do Oprimido consistia num elemento estratégico do projeto contra hegemônico das classes subalternas, que associava o trabalho de alfabetização das camadas populares a uma estratégia de ampliação da participação das classes subalternas na política tendo em vista impulsionar transformações estruturais na sociedade brasileira. Portanto, do ponto de vista da análise, o método Paulo Freire não deve ser tomado de forma abstrata e independente das relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que mantem com as classes subalternas e suas lutas emancipatórias. Sendo assim, pode-se afirmar que a Pedagogia do Oprimido não deve ser compreendida somente como um método de ensino, mas como um projeto contra hegemônico, de reformas estruturais da sociedade brasileira, do qual não pode ser dissociado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise das relações entre educação popular e emancipação, o texto apresenta uma abordagem do processo de constituição e emergência da *Pedagogia do oprimido* em alguma medida distinta do tratamento frequentemente empregado nos estudos de história e filosofia da educação, geralmente centrados na figura dos “grandes personagens” e sua obra. Enquanto que a abordagem do artigo privilegia uma perspectiva dialética da educação, que leva em consideração os fundamentos econômicos da sociedade, as grandes correntes de interesse, os conflitos entre as classes sociais, com suas organizações, ideologias e estratégias.

Partido desta concepção, os métodos de educação popular podem ser entendidos como processos de autoeducação das classes subalternas (com

seus intelectuais e educadores) em busca da emancipação. Com base neste entendimento, o texto aborda Paulo Freire visto como um intelectual orgânico das classes subalternas e a Pedagogia do Oprimido como um elemento estratégico do projeto contra hegemônico de transformação da sociedade brasileira. O desvendamento destas relações entre educação e emancipação permite compreender porque as ideias de Paulo Freire tiveram um enraizamento tão forte e duradouro junto aos movimentos sociais, políticos, culturais das camadas populares e de trabalhadores.

Embora o golpe de 1964, e a ditadura que se seguiu no Brasil, tenham interrompido a experiência do Plano Nacional de Alfabetização, exilado Paulo Freire e censurado sua obra, a *Pedagogia do oprimido* continuou viva e se expandindo, tanto no Brasil, quanto em outras partes do mundo. Demonstrando que os principais sujeitos que impulsionaram o método Paulo Freire na história das ideias pedagógicas foram as lutas dos camponeses, trabalhadores, movimentos sociais e partidos políticos das classes subalternas. De tal modo que as práticas de educação popular propostas pela pedagogia de Freire se constituíram ao longo da segunda metade do século XX num importante instrumento de conscientização e organização dos oprimidos em suas lutas por transformação social e emancipação, fornecendo um paradigma de ação educativa para os movimentos sociais e populares tanto do Brasil, quanto da América Latina e da África.

No entanto, profundas transformações na sociedade capitalista do final do século XX, como a globalização, a robótica, a automação, o surgimento de novos meios de comunicação, etc., alteraram fortemente as condições de vida e de luta das classes subalternas, com desdobramentos inclusive no campo da educação popular. A ascensão no neoliberalismo e a derrocada do socialismo soviético tiveram como consequência um processo hegemônico avassalador de sacralização da ideia de livre mercado, de onde se concluía que a única forma de vida possível e desejável era o capitalismo. Esse avanço da ideologia neoliberal sobre o senso comum provocou um enfraquecimento, e até certo descrédito, nos ideais e nos projetos de transformação social formulados pelas classes subalternas.

Essa conjuntura de retração das lutas sociais e de diluição dos ideais emancipatórios permitiu que elementos fragmentados do pensamento de Paulo Freire fossem capturados, institucionalizados, normatizados, e destituídos de seu caráter transformador, para serem acomodados no interior de uma ordem capitalista e neoliberal. Para isso contribuíram em grande medida as abordagens liberais e pós-modernas das ideias de Paulo Freire, muito em voga neste período, que acabaram diluindo as relações entre educação popular e emancipação.

Uma das mais notáveis exceções na atualidade a esta tendência tem sido o movimento de educação popular conhecido como movimento de Educação do Campo. Impulsionado por uma série de movimentos sociais ligados ao campo no Brasil, tendo à frente o MST, um dos maiores movimentos de trabalhadores do mundo contemporâneo, a proposta de educação do campo procura repor o princípio da unidade entre educação e emancipação, construindo práticas pedagógicas formuladas a partir de relações orgânicas com os trabalhadores e povos do campo, com suas formas de trabalho, cultura e luta social, como à luta pela terra, pela agroecologia, pelo respeito à diversidade cultural, etc., portanto, vinculadas à construção de um outro modelo de produção e de sociedade no campo (ALENTEJANO et.al., 2012).

Diante deste contexto, o presente estudo sobre a constituição e a emergência histórica da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire tem por finalidade fornecer elementos teóricos e práticos que nos permita pensar, hoje, a construção de uma práxis pedagógica que se fundamente numa relação orgânica entre educação popular e as lutas emancipatórias das classes subalternas no nosso tempo.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo et.al. (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ARROYO, Miguel A. **Outros sujeitos, outras Pedagogias**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FICHTNER, Bernd [et.al.] (org.). **Cultura, dialética e hegemonia: práticas pedagógicas e pesquisas em educação**, Vitória: EDUFES, 2013.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2ªed., Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. Ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (Vol. 5)

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília, 2003.

QUARESMA, Adilene Gonçalves. A dialética em Freire na análise das categorias política, trabalho, cultura e educação. In: MENEZES NETO, Antônio Júlio de (org.). **Socialismo e educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 2. Ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

Recebido em: 28/10/2019

Aprovado em: 16/04/2020